

úteis a contar a partir da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto para o preenchimento de cinco lugares na categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, de dotação global, do quadro de pessoal não docente deste Instituto, aprovado pela Portaria n.º 143/90, de 21 de Fevereiro, e alterado pelos despachos n.ºs 12 676/97 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 286, de 12 de Dezembro de 1997, 20 178/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 23 de Outubro de 1999, e 21 012/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 241, de 18 de Outubro de 2000, sendo quatro lugares destinados a funcionários pertencentes ao quadro de pessoal não docente do ISCSP e um lugar destinado a funcionários de outros serviços, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 4 do artigo 6.º de Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

1.1 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e Decreto Regulamentar n.º 20/85, de 1 de Abril.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido exclusivamente para o provimento das vagas mencionadas, caducando com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — compete ao assistente administrativo especialista executar e desenvolver, com certo grau de complexidade, a partir de orientações e instruções precisas, trabalhos de natureza administrativa relativos a uma ou mais áreas de actividades em geral e do ensino superior em particular, nomeadamente na secção de contabilidade, alunos, pedagógica, secretariado, arquivo e expediente geral e pessoal docente e não docente.

5 — Remuneração, condições e local de trabalho — a remuneração é a fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as vigentes para os funcionários da Administração Pública. O local de trabalho situa-se no Pólo Universitário do Alto da Ajuda, Lisboa.

6 — Requisitos de admissão — podem candidatar-se ao concurso os funcionários que reúnam as condições constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e sejam detentores da categoria de assistente administrativo principal com pelo menos três anos na categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom*.

7 — Métodos de selecção — os métodos de selecção são os de avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

7.1 — Avaliação curricular — serão ponderadas a habilitação académica de base, a formação profissional e as experiências e qualificação profissionais, visando avaliar as aptidões profissionais dos candidatos nas áreas para que o concurso é aberto com base na análise dos respectivos currículos profissionais.

7.2 — Na entrevista profissional de selecção serão avaliadas, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos para o desempenho do lugar.

7.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, em papel normalizado, dirigido ao presidente do conselho directivo do ISCSP, dele devendo constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e número de telefone);

b) Habilitações literárias;

c) Identificação da categoria, do serviço a que está vinculado, da natureza do vínculo e da antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

d) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem publicado;

e) Quaisquer circunstâncias que o candidato considere susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

9 — O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato, do qual constem a identificação completa, a experiência profissional, com a indicação das funções com mais interesse para o cargo a que

se candidata, e os cursos de formação que tenha frequentado, com a indicação das datas em que foram realizados, da duração dos mesmos e da entidade que os promoveu;

b) Documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Documentos comprovativos da formação profissional complementar;

d) Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente actualizada e autenticada, da qual constem, inequivocamente, a existência e a natureza do vínculo, a categoria que detém e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;

e) Declaração, actualizada e autenticada, passada pelo serviço ou organismo onde exerce funções, especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades do candidato;

f) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das classificações de serviço, nas suas expressões qualitativa e quantitativa, reportadas aos anos relevantes para a promoção;

g) Declarações ou documentação comprovativa das circunstâncias referidas na alínea e) do n.º 8, sem o que não serão as mesmas consideradas;

h) Fotocópia do bilhete de identidade.

10 — Aos candidatos pertencentes ao ISCSP não é exigível a apresentação da declaração a que se refere a alínea d) do n.º 9, sendo ainda dispensada a apresentação de documentos comprovativos que se encontrem arquivados no processo individual.

11 — A não apresentação dos documentos exigidos no presente aviso determina a exclusão do concurso.

12 — A relação dos candidatos, os critérios de apreciação e a lista de classificação final serão divulgados nos termos dos artigos 34.º, 38.º, 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — O requerimento e a demais documentação podem ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo de candidatura no ou para o ISCSP, Rua de Almerindo Lessa, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-055 Lisboa.

14 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Doutor João Abreu de Faria Bilhim, professor catedrático e presidente do conselho directivo.

Vogais efectivos:

Doutora Carla Margarida Barroso Guapo da Costa, professora auxiliar e vice-presidente do conselho directivo, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Acácio de Almeida Santos, secretário e vogal do conselho directivo.

Vogais suplentes:

Rodolfo António dos Reis de Almeida, chefe de secção.

Maria do Carmo de Oliveira Barbaça Rosmaninho, assistente administrativa especialista.

22 de Junho de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Abreu de Faria Bilhim*.

Instituto Superior Técnico

Despacho (extracto) n.º 15 249/2006

Por despacho do vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 14 de Junho de 2006, Mário Alexandre Teles de Figueiredo, professor auxiliar de nomeação definitiva do Instituto Superior Técnico, foi nomeado a título definitivo, após aprovação em concurso, professor associado do quadro do Instituto Superior Técnico, com efeitos a partir da data de aceitação da nomeação, considerando-se exonerado do anterior lugar na mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Junho de 2006. — Pelo Presidente, *Custódio Peixeiro*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 15 250/2006

Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País aos seguintes docentes:

De 2 de Junho de 2006:

Professor Artur Severo Proença Varejão, professor auxiliar — no período de 14 a 16 de Junho de 2006.

Dr. Nuno Miguel de Oliveira Campos Monteiro Vaz, assistente — no período de 10 a 17 de Junho de 2006.

Professor Manuel Gonçalves Sá Fernandes, professor auxiliar — no período de 8 a 18 de Junho de 2006.

Dr. Pedro Gabriel Gonçalves Pedro Moreira da Silva, assistente convidado — no período de 17 a 30 de Julho de 2006.

De 5 de Junho de 2006:

Prof. Doutor Henrique Manuel da Fonseca Trindade, professor associado — no período de 14 a 18 de Junho de 2006;

Prof. Doutor Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira, professor catedrático — no período de 14 a 18 de Julho de 2006.

De 6 de Junho de 2006:

Prof. Doutor José João Pinhações de Bianchi, professor associado — no período de 13 a 15 de Junho de 2006.

De 7 de Junho de 2006:

Prof.ª Doutora Paula Maria Machado Cruz Catarino, professora associada — no período de 2 a 22 de Julho de 2006.

Dr. Carlos Manuel dos Santos Gonçalves Rito, assistente — no período de 12 a 30 de Junho de 2006.

De 8 de Junho de 2006:

Professor Mário Sérgio Carvalho Teixeira, professor auxiliar — no período de 7 a 11 de Junho de 2006.

Professor Nuno Paulo Correia e Afonso Moreira, professor auxiliar — no período de 6 a 11 de Junho de 2006.

Prof. Doutor Miguel Videira Monteiro, professor catedrático — no período de 9 a 21 de Junho de 2006.

De 9 de Junho de 2006:

Professor José Benjamim Ribeiro da Fonseca, professor auxiliar — no período de 24 a 27 de Junho de 2006;

Professor Paulo Nogueira Martins, professor auxiliar — no período de 24 a 27 de Junho de 2006.

De 12 de Junho de 2006:

Prof. Doutor Christopher Gerry, professor catedrático — no período de 18 de Junho a 10 de Agosto de 2006.

Professora Ana Paula Florêncio Aires, professor auxiliar — nos dias 16 e 17 de Junho de 2006.

Prof. Doutor Manuel João Teles de Oliveira, professor catedrático — no período de 17 a 25 de Junho de 2006.

De 14 de Junho de 2006:

Professor Paulo Nogueira Martins, professor auxiliar — no período de 24 de Junho a 2 de Julho de 2006.

Professor Leonel Caseiro Morgado, professor auxiliar — no período de 24 a 27 de Junho de 2006.

Engenheiro Luís Filipe Leite Barbosa, assistente convidado — no período de 27 de Junho a 2 de Julho de 2006.

Professor João Manuel Pereira Barroso, professor auxiliar — no período de 24 de Junho a 1 de Julho de 2006.

Dr. Paulo Jorge de Campos Favas, assistente — no período de 15 de Junho a 31 de Agosto de 2006.

20 de Junho de 2006. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 15 251/2006

Por despacho de 24 de Março de 2006 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foram designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de doutoramento na área científica de Ciências Exactas, Naturais e Tecnológicas — Genética requeridas pela licenciada em Engenharia Agrícola Fernanda Maria Madaleno Rei Tomás Leal:

Presidente — Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais:

Doutora Maria Salomé Soares Pais Telles Antunes, professora catedrática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Doutora Elvira Isabel Moreira dos Santos, professora catedrática da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Doutor Henrique de Pinho Guedes Pinto, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutora Olinda da Conceição Pinto Carnide, professora catedrática da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor Jorge Manuel Pataca Leal Canhoto, professor auxiliar com agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutora Maria da Conceição Lopes Vieira dos Santos, professora auxiliar da Universidade de Aveiro.

Doutora Ana Lúcia Rebocho Lopes Pinto e Sintra, professora auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

21 de Junho de 2006. — Pelo Reitor, *(Assinatura ilegível)*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Rectificação n.º 1139/2006

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 511/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de Janeiro de 2006, a p. 346, rectifica-se que onde se lê «em regime de tempo parcial» deve ler-se «em regime de tempo parcial (acumulação)».

27 de Junho de 2006. — O Presidente, *José Luís Ramalho*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Despacho (extracto) n.º 15 252/2006

Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 2 de Junho de 2006, foi concedida a equiparação a bolseiro no estrangeiro a José Miguel Gago da Silva, equiparado a assistente na Escola Superior de Artes Aplicadas deste Instituto no período de 3 a 9 de Junho de 2006.

22 de Junho de 2006. — A Administradora, *Otília Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 15 253/2006

Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 2 de Junho de 2006, foi a Maria Cristina Queijeiro Borges de Almeida, equiparada a assistente na Escola Superior de Artes Aplicadas deste Instituto, concedida a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 3 a 9 de Junho de 2006.

22 de Junho de 2006. — A Administradora, *Otília Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 15 254/2006

Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 8 de Junho de 2006 e nos termos do artigo 32.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco, conjugado com o artigo 20.º dos Estatutos da Escola Superior de Educação e o n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, foi nomeado em comissão de serviço e por urgente conveniência de serviço o professor-adjunto Henrique Manuel Pires Teixeira Gil, director daquela Escola, com efeitos a partir da data da posse.

23 de Junho de 2006. — A Presidente, *Ana Maria B. O. Dias Malva Vaz*.

Despacho n.º 15 255/2006

Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 21 de Junho de 2006, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco, nomeio em comissão de serviço e por urgente conveniência de serviço a professora-adjunta Maria Helena Pinto Morais Sarmento de Menezes subdirectora da Escola Superior Educação deste Instituto, com efeitos a partir da data da posse.

29 de Junho de 2006. — A Presidente, *Ana Maria B. O. Dias Malva Vaz*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Despacho n.º 15 256/2006

Delegação de competências

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e ao abrigo das normas constantes dos artigos 35.º e 41.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no presidente do conselho directivo da Escola Superior de Saúde